

# Boletim do Trabalho e Emprego

# 42

1.<sup>A</sup> SÉRIE

Propriedade: Ministério da Segurança Social e do Trabalho  
Edição: Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento  
Centro de Informação e Documentação

Preço (IVA incluído 5%)  
€ 1,78

BOL. TRAB. EMP.	1. <sup>A</sup> SÉRIE	LISBOA	VOL. 70	N.º 42	P. 3125-3148	15-NOVEMBRO-2003
-----------------	-----------------------	--------	---------	--------	--------------	------------------

	Pág.
Regulamentação do trabalho .....	3127
Organizações do trabalho .....	3145
Informação sobre trabalho e emprego .....	...

## ÍNDICE

### Regulamentação do trabalho:

#### Despachos/portarias:

— CERFIL — Companhia Industrial de Cerdas Artificiais, S. A. — Autorização de laboração contínua .....	3127
--	------

#### Portarias de regulamentação do trabalho:

...

#### Portarias de extensão:

— PE das alterações dos CCT entre a ANCAVE — Assoc. Nacional dos Centros de Abate e Ind. Transformadoras de Carne de Aves e diversas assoc. sindicais (trabalhadores de produção e apoio) .....	3128
— PE das alterações do CCT entre a ACHOC — Assoc. dos Ind. de Chocolates e Confeitaria e a FESAHT — Feder. dos Sind. da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal (pessoal fabril — norte) .....	3128
— PE das alterações do CCT entre a Assoc. Nacional dos Armazenistas de Papel e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros .....	3129
— PE das alterações dos CCT para a indústria de transformação de vidro plano e diversas associações sindicais .....	3129
— PE das alterações dos CCT entre a ACIRO — Assoc. Comercial e Industrial da Região Oeste e o CESP — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e outros e entre a mesma associação patronal e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Serviços e outro .....	3130
— PE das alterações do CCT entre a ANIC — Assoc. Nacional dos Industriais de Carnes e outra e o Sind. dos Trabalhadores da Ind. e Comércio de Carnes do Sul e outro .....	3131
— PE das alterações do CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Carnes do Concelho de Lisboa e outros e outras associações patronais e o Sind. dos Trabalhadores da Ind. e Comércio de Carnes do Sul .....	3132

#### Convenções colectivas de trabalho:

— CCT entre a APCOR — Assoc. Portuguesa de Cortiça e outra e a Feder. Nacional dos Sind. da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção e outros (pessoal fabril) — Alteração salarial e outras .....	3132
— CCT entre a ARAN — Assoc. Nacional do Ramo Automóvel e outra e o SIMA — Sind. das Ind. Metalúrgicas e Afins — Alteração salarial e outras .....	3135
— CCT entre a Assoc. Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico e Electrónico e o SITESEC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e outros — Alteração salarial .....	3137

— CCT entre a AIHSA — Assoc. dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e a FESAHT — Feder. dos Sind. da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e outros — Alteração salarial e outras .....	3139
— CCT entre a AHETA — Assoc. dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Serviços — Alteração salarial e outras .....	3142
— Acordo de adesão entre o BNP — Paribas Private Bank, S. A., e o Sind. dos Bancários do Norte e outros aos ACT para o sector bancário .....	3143
— Acordo de adesão entre o BNP — Paribas Private Bank, S. A., e o Sind. Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários e outro aos ACT entre várias instituições de crédito e o mesmo sindicato e outro .....	3143
— AE entre a Navegação Aérea de Portugal — NAV Portugal, E. P. E., e o SITAVA — Sind. dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos e outros (carreiras profissionais) — Integração em níveis de qualificação .....	3143
— AE entre a Caixa Geral de Depósitos, S. A., e o Sind. dos Bancários do Centro e outros — Integração em níveis de qualificação .....	3144
— AE entre o Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar — CFPSA e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Serviços — Integração em níveis de qualificação .....	3144
— CCT entre a APIMINERAL — Assoc. Portuguesa da Ind. Mineral e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outros — Rectificação .....	3145

## Organizações do trabalho:

### Associações sindicais:

#### I — Estatutos:

...

#### II — Corpos gerentes:

...

### Associações patronais:

#### I — Estatutos:

— APFAO — Assoc. Portuguesa dos Fornecedores de Artigos de Óptica — Alteração .....	3146
---	------

#### II — Corpos gerentes:

— Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada .....	3146
---	------

#### SIGLAS

**CCT** — Contrato colectivo de trabalho.  
**ACT** — Acordo colectivo de trabalho.  
**PRT** — Portaria de regulamentação de trabalho.  
**PE** — Portaria de extensão.  
**CT** — Comissão técnica.  
**DA** — Decisão arbitral.  
**AE** — Acordo de empresa.

#### ABREVIATURAS

**Feder.** — Federação.  
**Assoc.** — Associação.  
**Sind.** — Sindicato.  
**Ind.** — Indústria.  
**Dist.** — Distrito.



# REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

## DESPACHOS/PORTARIAS

### **CERFIL — Companhia Industrial de Cerdas Artificiais, S. A. — Autorização de laboração contínua.**

A empresa CERFIL — Companhia Industrial de Cerdas Artificiais, S. A., sediada na Rua de Cerfil, Nogueira, 4471-909 Maia, requereu, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de Setembro, autorização para laborar continuamente na secção de extrusão, sita no estabelecimento industrial localizado em lugar do Rio, Nogueira, Maia.

A actividade que prossegue está subordinada, do ponto de vista laboral, à disciplina do contrato colectivo de trabalho para a indústria têxtil, subsector de cordoaria e redes, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 37, de 8 de Outubro de 1981.

A requerente fundamenta o pedido na necessidade de aumentar a sua capacidade produtiva, permitida pelos equipamentos instalados, visto tratar-se de uma indústria de capital intensivo, onde o investimento em maquinaria é bastante avultado. Num mercado mundial extremamente competitivo, e tendo em consideração que a empresa exporta a maior parte da sua produção, os ganhos de produtividade têm de ser preferencialmente alcançados através da rentabilização do equipamento instalado, mantendo-o em laboração no máximo de tempo possível, de modo a absorver os custos fixos e esbater os da produção, e responder em tempo útil aos seus clientes.

Os trabalhadores envolvidos declararam, por escrito, a sua concordância com o regime de laboração pretendido.

Assim, e considerando:

- 1) Que não existe comissão de trabalhadores constituída na empresa;
- 2) Que os trabalhadores adstritos àquele regime deram o seu consentimento, por escrito;
- 3) Que o instrumento de regulamentação colectiva de trabalho aplicável não veda o regime pretendido; e
- 4) Que se comprovam os fundamentos aduzidos pela empresa.

Nestes termos, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de Setembro, é determinado o seguinte:

É autorizada a empresa CERFIL — Companhia Industrial de Cerdas Artificiais, S. A., a laborar continuamente na secção de extrusão, sita no estabelecimento industrial localizado em lugar do Rio, Nogueira, Maia.

Lisboa, 8 de Outubro de 2003. — A Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, *Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura*. — O Secretário de Estado do Trabalho, *Luís Miguel Pais Antunes*.

## PORTARIAS DE REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

...

## PORTARIAS DE EXTENSÃO

### **PE das alterações dos CCT entre a ANCAVE — Assoc. Nacional dos Centros de Abate e Ind. Transformadoras de Carne de Aves e diversas assoc. sindicais (trabalhadores de produção e apoio).**

As alterações dos contratos colectivos de trabalho entre a ANCAVE — Associação Nacional dos Centros de Abate e Indústrias Transformadoras de Carne de Aves e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Carnes do Sul e outros e entre a mesma associação patronal e o SETAA — Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

É, assim, conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos nas convenções.

Tendo em atenção que não é viável proceder à verificação objectiva da representatividade das associações outorgantes e ainda que os regimes das referidas convenções são substancialmente idênticos, procede-se conjuntamente à respectiva extensão.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável nos distritos do continente integrados na área de cada convenção, tendo em consideração que a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos governos regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 34, de 15 de Setembro de 2003, à qual não foi deduzida qualquer oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

#### **Artigo 1.º**

1 — As condições de trabalho constantes das alterações dos contratos colectivos de trabalho entre a ANCAVE — Associação Nacional dos Centros de Abate e Indústrias Transformadoras de Carne de Aves e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Carnes do Sul e outros, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 22, de 15 de Junho de 2003, e entre a mesma associação patronal e o SETAA — Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 30, de 15 de Agosto de 2003, são estendidas nos distritos do continente integrados na área de cada convenção:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade de abate de aves

e de desmanche, corte, preparação e qualificação de carne de aves e respectiva comercialização e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;

- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias profissionais, não filiados nas associações sindicais outorgantes.

2 — Não são objecto da extensão determinada no n.º 1 as cláusulas que violem normas legais imperativas.

#### **Artigo 2.º**

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — As tabelas salariais das convenções produzem efeitos desde 1 de Maio de 2003, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas até sete prestações mensais, de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Lisboa, 4 de Novembro de 2003. — O Secretário de Estado do Trabalho, *Luís Miguel Pais Antunes*.

### **PE das alterações do CCT entre a ACHOC — Assoc. dos Ind. de Chocolates e Confeitaria e a FESAHT — Feder. dos Sind. da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal (pessoal fabril — norte).**

As alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a ACHOC — Associação dos Industriais de Chocolates e Confeitaria e a FESAHT — Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal, recentemente publicadas, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho, na área e no âmbito sectorial e profissional previstos na convenção, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 36, de 29 de Setembro de 2003, à qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, manda

o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a ACHOC — Associação dos Industriais de Chocolates e Confeitaria e a FESAHT — Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 34, de 15 de Setembro de 2003, são estendidas, nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção (fabrico industrial de chocolates e outros produtos alimentares a partir do chocolate) e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não representados pela associação sindical signatária.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as cláusulas que violem normas legais imperativas.

#### Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — A tabela salarial da convenção produz efeitos desde 1 de Agosto de 2003, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas até quatro prestações mensais, de igual valor, com início no mês seguinte ao da entrada em vigor da presente portaria.

Lisboa, 3 de Novembro de 2003. — O Secretário de Estado do Trabalho, *Luís Miguel Pais Antunes*.

#### **PE das alterações do CCT entre a Assoc. Nacional dos Armazenistas de Papel e a FEP-CES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros.**

As alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação Nacional dos Armazenistas de Papel e a FEP-CES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, oportunamente publicadas, abrangem apenas as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

É, assim, conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional da convenção.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável no território do continente, tendo em consideração que a extensão de convenções colectivas às Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 36, de 29 de Setembro de 2003, à qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação Nacional dos Armazenistas de Papel e a FEP-CES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 32, de 29 de Agosto de 2003, são estendidas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não representados pelas associações sindicais outorgantes.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as cláusulas que violem normas legais imperativas.

#### Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — A tabela salarial da convenção produz efeitos desde 1 de Setembro de 2003, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas até três prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte ao da entrada em vigor da presente portaria.

Lisboa, 3 de Novembro de 2003. — O Secretário de Estado do Trabalho, *Luís Miguel Pais Antunes*.

#### **PE das alterações dos CCT para a indústria de transformação de vidro plano e diversas associações sindicais.**

As alterações dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a Associação dos Industriais Transformadores de Vidro Plano de Portugal e a Federação

dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outra, e entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outros, bem como as alterações do CCT celebrado entre a Associação Nacional dos Industriais Transformadores de Vidro e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outra, oportunamente publicadas, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores filiados nas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho, tendo em consideração a implantação das associações patronais outorgantes e o âmbito profissional das convenções, como resulta dos processos de extensão anteriores, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável no território do continente, tendo em conta que a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos governos regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 36, de 29 de Setembro de 2003, à qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações dos contratos colectivos de trabalho entre a Associação dos Industriais Transformadores de Vidro Plano de Portugal e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outra, e entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outros, respectivamente publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 28, de 29 de Julho de 2003, e n.º 29, de 8 de Agosto de 2003, bem como as alterações do CCT celebrado entre a Associação Nacional dos Industriais Transformadores de Vidro e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outra, publicadas no citado *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 28, são estendidas, no território do continente:

- a) As alterações do contrato colectivo de trabalho entre a Associação Nacional dos Industriais Transformadores de Vidro e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outra, às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante, nem noutras representativas das entidades patronais do sector, que exerçam a actividade de transformação de vidro plano e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) As alterações do contrato colectivo de trabalho entre a Associação dos Industriais Transformadores de Vidro Plano de Portugal e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das

Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outros, às relações de trabalho a que se refere a alínea anterior relativamente às profissões e categorias profissionais não previstas no CCT aí referido;

- c) As alterações do contrato colectivo de trabalho referido na alínea a) e dos contratos colectivos de trabalho entre a Associação dos Industriais Transformadores de Vidro Plano de Portugal e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outra, e entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outros, às relações de trabalho entre entidades patronais inscritas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais subscritoras.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as cláusulas que violem normas legais imperativas.

#### Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — As tabelas salariais das convenções produzem efeitos desde 1 de Julho de 2003, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas até cinco prestações mensais, de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Lisboa, 4 de Novembro de 2003. — O Secretário de Estado do Trabalho, *Luís Miguel Pais Antunes*.

**PE das alterações dos CCT entre a ACIRO — Assoc. Comercial e Industrial da Região Oeste e o CESP — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e outros e entre a mesma associação patronal e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Serviços e outro.**

As alterações dos contratos colectivos de trabalho entre a ACIRO — Associação Comercial e Industrial da Região Oeste e o CESP — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e outros e entre a mesma associação patronal e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços e outro, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

É, assim, conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos nas convenções, ressaltando, embora, os estabelecimentos qualificados como unidades comerciais de dimensão relevante, nos termos do Decreto-Lei n.º 218/97, de 20 de Agosto, dadas as especificidades de que se revestem.

Tendo em consideração que não é viável proceder à verificação objectiva da representatividade dos outorgantes e, ainda, que os regimes das referidas convenções são substancialmente idênticos, procede-se, conjuntamente, à respectiva extensão.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 34, de 15 de Setembro de 2003, à qual não foi deduzida qualquer oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, manda o Governo pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações dos contratos colectivos de trabalho entre a ACIRO — Associação Comercial e Industrial da Região Oeste e o CESP — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e outros e entre a mesma associação patronal e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços e outro, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 26, de 15 de Julho de 2003, são estendidas na área da sua aplicação:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias profissionais não representados pelas associações sindicais outorgantes.

2 — A presente portaria não se aplica a estabelecimentos qualificados como unidades comerciais de dimensão relevante, nos termos do Decreto-Lei n.º 218/97, de 20 de Agosto, quer abrangidos pelo CCT entre a APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e a FEPCEs — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.ºs 33 e 32, de 8 de Setembro de 2000 e de 29 de Agosto de 2001, respectivamente, quer abrangidos pelas portarias de extensão do referido CCT publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.ºs 2 e 42, de 15 de Janeiro e de 15 de Novembro de 2001, respectivamente.

3 — Não são objecto da extensão determinada no n.º 1 as cláusulas que violem normas legais imperativas.

#### Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — As tabelas salariais das convenções produzem efeitos desde 1 de Junho de 2003, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas até seis prestações mensais, de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Lisboa, 3 de Novembro de 2003. — O Secretário de Estado do Trabalho, *Luís Miguel Pais Antunes*.

### PE das alterações do CCT entre a ANIC — Assoc. Nacional dos Industriais de Carnes e outra e o Sind. dos Trabalhadores da Ind. e Comércio de Carnes do Sul e outro.

As alterações do contrato colectivo de trabalho entre a ANIC — Associação Nacional dos Industriais de Carnes e outra e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Carnes do Sul e outro abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover na medida do possível a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos na convenção, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 36, de 29 de Setembro de 2003, à qual não foi deduzida qualquer oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações do contrato colectivo de trabalho entre a ANIC — Associação Nacional dos Industriais de Carnes e outra e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Carnes do Sul e outro, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 26, de 15 de Julho de 2003, são estendidas no território do continente, com excepção do distrito da Guarda:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias profissionais não filiados nas associações sindicais outorgantes.

2 — Não são objecto da extensão determinada no n.º 1 as cláusulas que violem normas legais imperativas.

#### Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — A tabela salarial da convenção produz efeitos desde 1 de Maio de 2003, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas até sete prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Lisboa, 4 de Novembro de 2003. — O Secretário de Estado do Trabalho, *Luís Miguel Pais Antunes*.

**PE das alterações do CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Carnes do Concelho de Lisboa e outros e outras associações patronais e o Sind. dos Trabalhadores da Ind. e Comércio de Carnes do Sul.**

As alterações do contrato colectivo de trabalho entre a Associação dos Comerciantes de Carnes do Concelho de Lisboa e outros e outras associações patronais e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Carnes do Sul abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos na convenção, ressaltando, embora, os estabelecimentos qualificados como unidades comerciais de dimensão relevante nos termos do Decreto-Lei n.º 218/97, de 20 de Agosto, dadas as especificidades de que se revestem, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 34, de 15 de Setembro de 2003, à qual não foi deduzida qualquer oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

**Artigo 1.º**

1 — As condições de trabalho constantes das alterações do contrato colectivo de trabalho entre a Associação dos Comerciantes de Carnes do Concelho de Lisboa e outros e outras associações patronais e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Carnes do Sul, publicadas no *Boletim do Trabalho e*

*Emprego*, 1.ª série, n.º 26, de 15 de Julho de 2003, são estendidas na área da sua aplicação:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias profissionais não filiados na associação sindical outorgante.

2 — A presente portaria não se aplica a estabelecimentos qualificados como unidades comerciais de dimensão relevante, nos termos do Decreto-Lei n.º 218/97, de 20 de Agosto, quer abrangidos pelo CCT entre a APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 33 e 32, de 8 de Setembro de 2000 e de 29 de Agosto de 2001, respectivamente, quer abrangidos pelas portarias de extensão do referido CCT publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 2 e 42, de 15 de Janeiro e de 15 de Novembro de 2001, respectivamente.

3 — Não são objecto da extensão determinada no n.º 1 as cláusulas da convenção que violem normas legais imperativas.

**Artigo 2.º**

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — A tabela salarial da convenção produz efeitos desde 1 de Julho de 2003, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas até cinco prestações mensais, de igual valor, com início no mês seguinte ao da entrada em vigor da presente portaria.

Lisboa, 4 de Novembro de 2003. — O Secretário de Estado do Trabalho, *Luís Miguel Pais Antunes*.

## CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

**CCT entre a APCOR — Assoc. Portuguesa de Cortiça e outra e a Feder. Nacional dos Sind. da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção e outros (pessoal fabril) — Alteração salarial e outras.**

**Cláusula 1.ª**

**Área e âmbito**

O presente CCT obriga, por um lado, todas as empresas que se dedicam à actividade corticeira em todo o território nacional, representadas pela Associação Por-

**Cláusula 2.ª**

**Vigência do contrato**

1 — .....

2 — .....

tuguesa de Cortiça e pela Associação dos Industriais e Exportadores de Cortiça, e, por outro, os trabalhadores ao serviço das empresas filiadas nas associações outorgantes, qualquer que seja a sua categoria ou classe, representados pelos sindicatos outorgantes.



- 3 — .....  
4 — .....  
5 — A tabela salarial e as cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Junho de 2003.

#### Cláusula 74.<sup>a</sup>-A

##### Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente CCT terão direito, por dia de trabalho, a um subsídio de refeição no valor de € 4,19.

- 2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....

#### ANEXO I

##### Condições específicas

##### A — Motoristas e ajudantes de motorista

##### Refeições

1 — As entidades patronais pagarão aos trabalhadores de transportes refeições que estes, por motivo de serviço, tenham de tomar fora das horas referidas no n.º 2, ou do local de trabalho para onde tenham sido contratados, nos termos da mesma disposição:

Pequeno-almoço — € 3,63;  
Almoço — € 10,04;  
Jantar — € 10,04;  
Ceia — € 5,02.

- 2 — .....  
3 — .....  
a) .....  
b) .....  
c) .....  
4 — .....

#### ANEXO III

##### Tabela de remunerações mínimas

Grupo	Euros
I .....	1 913,03
II .....	1 656,34
III .....	1 408,77
IV .....	1 242,47
V .....	1 129,57
VI .....	994,25
VII .....	873,42
VIII .....	673,34
IX .....	640,22
X .....	608,69
XI .....	603,87
XII .....	587,79
XIII .....	587,25
XIV .....	583,08

Grupo	Euros
XV .....	497,93
XVI .....	483,83
XVII .....	391,03
XVIII .....	379,24
XIX .....	335,92
XX .....	321,98

##### Aprendizes corticeiros

(Em euros)

Grupos	16/17 anos	17/18 anos
XIV .....	359,94	462,66
XVI .....	322,74	375,28

##### Aprendizes metalúrgicos

##### Tempo de aprendizagem

(Em euros)

Idade de admissão	1.º ano	2.º ano
16 anos .....	286,71	302,25
17 anos .....	286,71	—

##### Praticantes para as categorias sem aprendizagem de metalúrgicos, entregador de ferramentas, materiais e produtos, lubrificador, amolador e apontador.

(Em euros)

Idade de admissão	1.º ano	2.º ano
16 anos .....	286,71	302,25
17 anos .....	290,46	—

Produção de efeitos do presente acordo — 1 de Junho de 2003.

Lisboa, 14 de Julho de 2003. — *(Assinaturas ilegíveis.)*

Pela APCOR — Associação Portuguesa de Cortiça:

*(Assinaturas ilegíveis.)*

Pela AIEC — Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça:

*(Assinaturas ilegíveis.)*

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção:

*(Assinatura ilegível.)*

Pela FEPCEC — Federação Portuguesa dos Sindicatos de Comércio, Escritórios e Serviços:

*(Assinatura ilegível.)*

Pela FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos:

*(Assinatura ilegível.)*

Pela FEQUIMETAL — Federação Intersindical da Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás:

*(Assinatura ilegível.)*

Pela FESAHT — Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal:

*(Assinatura ilegível.)*

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal — FSTIEP:

*(Assinatura ilegível.)*

Pela FESETE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Operários Corticeiros do Distrito de Portalegre:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SIFOMATE — Sindicato dos Fogueiros, Energia e Indústrias Transformadoras:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Grupo Portugal Telecom:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SQTD — Sindicato dos Quadros e Técnicos de Desenho:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SETN — Sindicato Português dos Engenheiros Graduados na União Europeia:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, em representação do SINDECOR — Sindicato Democrático da Indústria Corticeira e do SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia Química e Indústrias Diversas:

(Assinatura ilegível.)

### Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro;  
Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul;  
Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção do Norte;  
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Viana do Castelo;  
Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras de Angra do Heroísmo;  
Sindicato da Construção Civil da Horta;  
Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;  
SICOMA — Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Olarias e Afins da Região Autónoma da Madeira.

Lisboa, 1 de Outubro de 2003. — Pelo Conselho Nacional, (Assinatura ilegível.)

### Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

CESP — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal;  
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Minho;  
CESNORTE — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte;

Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;  
STAD — Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas;  
Sindicato dos Empregados de Escritório, Comércio e Serviços da Horta;  
SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

### Declaração

A FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes sindicatos:

Sindicato de Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;  
Sindicato de Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;  
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;  
Sindicato de Transportes Rodoviários de Faro;  
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;  
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;  
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;  
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL;  
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Viana do Castelo;  
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;  
Sindicato dos Profissionais de Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo.

Pela Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

### Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FEQUIMETAL — Federação Intersindical da Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás representa as seguintes organizações sindicais:

SINORQUIFA — Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte;  
SINQUIFA — Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Aveiro, Viseu e Guarda;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Braga;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Coimbra e Leiria;  
Sindicato dos Metalúrgicos e Ofícios Correlativos da Região Autónoma da Madeira;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Meta-  
lúrgicas e Metalomecânicas do Norte;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Meta-  
lúrgicas e Metalomecânicas do Sul;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Meta-  
lúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Viana  
do Castelo;  
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira.

Lisboa, 1 de Outubro de 2003. — Pela Direcção,  
(Assinatura ilegível.)

#### Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESAHT —  
Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas,  
Hotelaria e Turismo de Portugal representa os seguintes  
sindicatos:

Sindicato dos Profissionais dos Transportes,  
Turismo e Outros Serviços de Angra do  
Heroísmo;  
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hote-  
laria, Turismo, Restaurante e Similares do  
Algarve;  
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hote-  
laria, Turismo, Restaurantes e Similares do  
Centro;  
Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria,  
Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da  
Região Autónoma da Madeira;  
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hote-  
laria, Turismo, Restaurantes e Similares do  
Norte;  
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hote-  
laria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Ali-  
mentação do Norte;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Ali-  
mentares da Beira Interior;  
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimen-  
tar do Centro, Sul e Ilhas;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Ali-  
mentação do Sul e Tabacos;  
Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indús-  
trias de Bebidas;  
Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Técnicos  
da Agricultura, Floresta e Pecuária.

Lisboa, 1 de Outubro de 2003. — Pela Direcção  
Nacional/FESAHT, (Assinatura ilegível.)

#### Declaração

Para os devidos e legais efeitos declara-se que a  
FSTIEP — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores  
das Indústrias Eléctricas de Portugal representa os  
seguintes sindicatos:

Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas;  
Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléc-  
tricas do Norte.

Lisboa, 1 de Outubro de 2003. — Pelo Secretariado  
da Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

#### Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESETE —  
Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis,  
Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal repre-  
senta os seguintes sindicatos:

Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes;  
SINTEVECC — Sindicato dos trabalhadores dos  
Sectores Têxteis, Vestuário, Calçado e Curtumes  
do Distrito do Porto;  
Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e  
Vestuário do Centro;  
Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e  
Vestuário do Sul;  
Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil do  
Distrito de Aveiro;  
Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da  
Beira Baixa;  
Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da  
Beira Alta;  
Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de  
Curtumes do Distrito de Santarém;  
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bor-  
dados, Tapeçaria, Têxteis e Artesanato da  
Região Autónoma da Madeira;  
Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, Lavan-  
darias e Tinturarias do Distrito do Porto;  
Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, Con-  
fecção e Têxtil do Norte;  
Sindicato dos Trabalhadores de Calçado, Malas,  
Componentes, Formas e Ofícios Afins do Dis-  
trito do Porto;  
Sindicato do Calçado, Malas e Afins, Componen-  
tes, Formas e Curtumes do Minho e Trás-os-  
-Montes.

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 21 de Outubro de 2003.

Depositado em 4 de Novembro de 2003, a fl. 48 do  
livro n.º 10, com o registo n.º 335/03, nos termos do  
artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C/79, na sua redac-  
ção actual.

**CCT entre a ARAN — Assoc. Nacional do Ramo  
Automóvel e outra e o SIMA — Sind. das Ind.  
Metalúrgicas e Afins — Alteração salarial e  
outras.**

Cláusula 1.<sup>a</sup>

#### Âmbito

O presente CCT obriga, por um lado, todas as empre-  
sas que se dedicam à actividade de garagem, estações  
de serviço, parques de estacionamento, postos de abas-  
tecimento de combustíveis, postos de assistência a pneu-  
máticos e revenda de distribuição de gás, em toda a  
área nacional, inscritas nas associações patronais sig-  
natárias e, por outro, os trabalhadores ao serviço das  
referidas empresas representados pela associação sin-  
dical outorgante.

## Cláusula 2.<sup>a</sup>

### Vigência do contrato

- 1 — .....
- 2 — A tabela salarial e as cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a 1 de Fevereiro de 2003.
- 3, 4 e 5 — .....

## Cláusula 3.<sup>a</sup>

### Categorias profissionais

*Operador de posto de abastecimento de combustíveis.* — É o trabalhador que recebe o pagamento de mercadorias ou serviços, verifica as contas devidas, passa o recibo ou bilhete, conforme o caso, regista estas operações e procede à leitura dos totais e subtotais registados nos contadores das bombas. Eventualmente, faz a conferência e sondagem das varas dos depósitos do posto de abastecimento e do carro tanque e controla os *stocks* do produto existente na loja e repõe os mesmos, quando disponível para esse efeito.

## Cláusula 6.<sup>a</sup>

### Trabalho a tempo parcial ou *part-time*

1 — O trabalhador a tempo parcial tem direito a uma remuneração base proporcional à auferida por trabalhadores da mesma empresa a tempo completo, numa situação comparável, ou à prevista neste CCT, para a sua categoria, em tempo completo.

2 — O trabalhador a tempo parcial tem direito ao subsídio de refeição completo quando a sua prestação de trabalho for igual ou superior a cinco horas e a uma proporção do mesmo idêntica à do respectivo período de trabalho semanal para o tempo inteiro, quando o seu período de trabalho for inferior a cinco horas por dia.

## Cláusula 19.<sup>a</sup>-A

### Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos por este contrato têm direito a receber da empresa um subsídio de refeição no valor de € 0,80, por cada dia completo de serviço efectivo.

- 2 e 3 — .....

## Cláusula 23.<sup>a</sup>

### Deslocações

- 1 e 2 — .....
- 3 — Quando deslocado em serviço, o trabalhador terá direito a um subsídio para alojamento e alimentação calculado pela fórmula  $N \times € 35$ , sendo  $N$  os dias efectivos de deslocações.
- 4 — .....
- 5 — No caso de deslocações inferiores a um dia, o trabalhador tem direito à cobertura total das despesas de transporte e alimentação efectuadas em serviço,

mediante apresentação do respectivo recibo, não podendo, todavia, exceder os seguintes valores:

Pequeno-almoço — € 1,85;  
Almoço ou jantar — € 8,50;  
Dormida — € 23,10.

## ANEXO

### Tabela salarial

(Em euros)

Grupo	Categoria	Vencimento
A	Gerente .....	584
B	Chefe de serviços ..... Chefe de divisão ..... Chefe de escritório ..... Chefe de exploração de parques ..... Contabilista ou técnico de contas .....	560,50
C	Assistente de exploração de parques ..... Caixeiro-encarregado ..... Chefe de secção ..... Guarda-livros ..... Programador mecanográfico .....	516,50
D	Encarregado ..... Encarregado de tráfego ..... Oficial electricista ..... Mecânico auto ..... Operador mecanográfico ..... Primeiro-escriturário ..... Motorista de pesados ..... Encarregado de armazém .....	472,50
E	Primeiro-caixeiro ..... Caixeiro-viajante ..... Operador de máquinas de contabilidade ..... Recepcionista de garagens ..... Inst. de gás e aparelhagem de queima de 1. <sup>a</sup> ..... Caixa de escritório ..... Caixeiro de praça .....	459,10
F	Montador de pneus especializado ..... Cobrador ..... Fiel de armazém ..... Conferente ..... Motorista de ligeiros ..... Lubrificador ..... Segundo-caixeiro ..... Segundo-escriturário ..... Recepcionista de parques de estacionamento ..... Inst. de gás de aparelhagem de queima de 2. <sup>a</sup> ..... Perfurador-verificador .....	429
G	Inst. de gás de aparelhagem de queima de 3. <sup>a</sup> ..... Lavador ..... Ajudante de motorista ..... Distribuidor e cobrador de gás .....	415,60
H	Terceiro-caixeiro ..... Terceiro-escriturário ..... Candidato a lubrificador ..... Electricista pré-oficial do 2. <sup>o</sup> ano ..... Telefonista ..... Operador de posto de abastecimento de combustíveis .....	395
I	Montador de pneus ..... Arrumador de parques ..... Caixa de balcão ..... Caixa de parques de estacionamento ..... Electricista pré-oficial do 1. <sup>o</sup> ano .....	383,50

(Em euros)		
Grupo	Categoria	Vencimento
J	Abastecedor de combustíveis ..... Guarda ..... Porteiro .....	367,50
L	Servente ..... Caixeiro-ajudante ..... Candidato a lavador ..... Candidato a rececionista ..... Contínuo ..... Servente de limpeza ..... Dactilógrafo do 2.º ano ..... Distribuidor ..... Electricista ajudante do 2.º ano ..... Estagiário do 2.º ano .....	356,60
M	Dactilógrafo do 1.º ano ..... Electricista ajudante do 1.º ano com aprendizagem ..... Praticante de caixeiro do 2.º ano e seguintes Praticante de metalúrgico do 2.º ano ..... Aprendiz do 2.º ano ..... Aprendiz de lavador .....	356,60
N	Estagiário do 1.º ano ..... Praticante de caixeiro do 1.º ano ..... Electricista ajudante do 1.º ano sem aprendizagem ..... Aprendiz electricista do 2.º ano .....	(*) 302
O	Aprendiz de lubrificador do 1.º ano ..... Aprendiz electricista do 1.º ano .....	(*) 285,28

(\*) Sem prejuízo do salário mínimo nacional para os trabalhadores com 25 anos ou mais.

Porto, 22 de Setembro de 2003.

Pela ARAN — Associação Nacional do Ramo Automóvel:  
(Assinatura ilegível.)

Pela AIM — Associação Industrial do Minho:  
(Assinatura ilegível.)

Pelo SIMA — Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins:  
(Assinatura ilegível.)

Entrado em 10 de Outubro de 2003.

Depositado em 31 de Outubro de 2003, a fl. 47 do livro n.º 10, com o registo n.º 330/03, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

### **CCT entre a Assoc. Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico e Electrónico e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e outros — Alteração salarial.**

Aos 27 dias do mês de Março de 2003 reuniram-se na sede da ANIMEE, Avenida de Guerra Junqueiro, 11, 2.º, esquerdo, em Lisboa, por um lado, os representantes da ANIMEE — Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico e Electrónico e, por outro, os representantes do SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório Serviços e Comércio, do FENSIQ —

Federação Nacional dos Sindicatos de Quadros, do SERS — Sindicato dos Engenheiros da Região Sul, da FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e do SINDEL — Sindicato Nacional da Indústria e Energia, sendo obtido, em relação ao processo negocial em curso de revisão do CCT aplicável às empresas do sector eléctrico e electrónico, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 29, de 8 de Agosto de 1996, um acordo global e final, que se consubstancia na seguintes cláusulas:

#### **Âmbito**

A presente revisão obriga, por um lado, as empresas filiadas na associação outorgante e, por outro, os trabalhadores filiados em relação aos quais as associações sindicais detêm poderes de representação para a presente negociação.

#### **Vigência e eficácia**

A presente revisão da tabela de remunerações mínimas produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2003.

**Tabela de remunerações mínimas**

Graus	Profissões/categorias	Salários (euros)
03	01 Engenheiro VI .....	2 167,50
02	01 Engenheiro V .....	1 821,81
01	01 Engenheiro IV .....	1 464,53
0	01 Engenheiro III ..... 02 Chefe de serviços ..... 03 Analista informático principal ..... 04 Contabilista .....	1 132,15
1	01 Engenheiro II ..... 02 Analista informático profissional ..... 03 Encarregado-geral .....	986,43
2	01 Engenheiro IB ..... 02 Programador informático/mec. principal ..... 03 Analista informático assistente ..... 04 Técnico de telecomunicações principal ..... 05 Projectista .....	915,67
3	01 Técnico de serviço social ..... 02 Engenheiro IA ..... 03 Chefe de secção ..... 04 Guarda-livros ..... 05 Tesoureiro ..... 06 Técnico de telecomunicações, mais seis anos 07 Técnico fabril principal ..... 08 Chefe de vendas ..... 09 Inspector administrativo ..... 10 Secretário ..... 11 Programador informático/mec. profissional .....	847,53
4	01 Preparador informático de dados ..... 02 Escriturário principal ..... 03 Correspondente línguas estrangeiras/est. L. E. 04 Encarregado ..... 05 Técnico fabril, mais seis anos ..... 06 Técnico de telecomunicações, cinco e seis anos 07 Caixeiro-encarregado ..... 08 Caixeiro chefe de secção ..... 09 Inspector de vendas .....	752,84

Graus	Profissões/categorias	Salários (euros)
	10 Programador informático/mec. assistente . . . . . 11 Operador informático/mec. principal . . . . . 12 Analista informático estagiário . . . . . 13 Monitor informático de dados . . . . .	
5	01 Mestre forneiro . . . . . 02 Chefe de equipa . . . . . 03 Primeiro-escriturário . . . . . 04 Caixa . . . . . 05 Técnico de telecomunicações do 3.º e 4.º anos . . . . . 06 Maquinista principal (vidro) . . . . . 07 Operador informático/mec. profissional . . . . . 08 Enfermeiro . . . . . 09 Técnico fabril do 5.º e 6.º anos . . . . . 10 Operador de máquinas de contabilidade de 1.ª . . . . .	726,68
6	01 Encarregado de refeitório/cantina . . . . . 02 Segundo-escriturário . . . . . 03 Operador de telex . . . . . 04 Supervisor de logística . . . . . 05 Prospector de vendas . . . . . 06 Promotor de vendas . . . . . 07 Operador de máquinas de contabilidade de 2.ª . . . . . 08 Caixeiro-viajante . . . . . 09 Primeiro-caixeiro . . . . . 10 Motorista de pesados . . . . . 11 P. Q. oficial . . . . . 12 Técnico de telecomunicações do 1.º e 2.º anos . . . . . 13 Vendedor . . . . . 14 Técnico fabril do 3.º e 4.º anos . . . . . 15 Apontador de 1.ª . . . . . 16 Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa . . . . . 17 Expositor/decorador . . . . . 18 Ecónomo . . . . . 19 Caixeiro de praça . . . . . 20 Recepcionista de 1.ª . . . . . 21 Técnico auxiliar de serviço social . . . . . 22 Perfurador-verificador/operador posto D. P. . . . .	640,30
7	01 Caixeiro de 2.ª . . . . . 02 Cobrador . . . . . 03 Auxiliar de enfermagem . . . . . 04 Motorista de ligeiros . . . . . 05 Chefe de cozinha . . . . . 06 Coordenador de operadores especializados . . . . . 07 Técnico fabril de 10 e 20 anos . . . . . 08 Demonstrador . . . . . 09 Propagandista . . . . . 10 Reprodutor de documentos/arquivista técnico . . . . . 11 Programador informático /mec. estagiário . . . . .	584,50
8	01 Operador especializado de 1.ª . . . . . 02 Cozinheiro . . . . . 03 Empregado de serviço externo . . . . . 04 Dispenseiro . . . . . 05 Chefe de vigilância . . . . . 06 Telefonista de 1.ª . . . . . 07 Recepcionista de 2.ª . . . . .	566,10
9	01 Terceiro-escriturário . . . . . 02 Apontador de 2.ª . . . . . 03 Encarregado de limpeza . . . . . 04 Caixeiro de 3.ª . . . . . 05 P. Q. — pré-oficial do 1.º e 2.º anos . . . . . 06 Operador especializado de 2.ª . . . . . 07 Controlador de caixa . . . . . 08 Anotador de produção . . . . . 09 Caixa de balcão . . . . . 10 Telefonista de 2.ª . . . . . 11 Reprodutor de documentos administrativos . . . . . 12 Ajudante de fogueiro . . . . . 13 Operador de máquinas de contabilidade de 3.ª . . . . . 14 Operador informático/mec. estagiário . . . . .	534,10

Graus	Profissões/categorias	Salários (euros)
10	01 Lavador de automóveis . . . . . 02 Contínuo/porteiro + 21 anos . . . . . 03 Apontador de 3.ª . . . . . 04 Estagiário de 2.ª . . . . . 05 Técnico fabril praticante do 2.º ano . . . . . 06 Técnico de telecomunicações praticante do 2.º ano . . . . . 07 Servente . . . . . 08 Ajudante de fabrico (cerâmico) . . . . . 09 Distribuidor . . . . . 10 Empregado de balcão . . . . . 11 Empregado de refeitório/cantina . . . . . 12 Cafeteiro . . . . . 13 Dactilógrafo do 2.º ano . . . . . 14 Guarda ou vigilante . . . . . 15 Servente de cozinha . . . . . 16 Caixeiro-ajudante 2.º ano . . . . . 17 Copeiro . . . . . 18 Recepcionista-estagiário . . . . . 19 Operador de máquinas de contabilidade estagiário . . . . . 20 Perfurador-verificador operador p. dados estagiário . . . . . 21 Ajudante de motorista . . . . . 22 Operador especializado de 3.ª . . . . .	498,50
11	01 Estagiário do 1.º ano (escriturário) . . . . . 02 Técnico de telecomunicações praticante do 1.º ano . . . . . 03 Técnico fabril praticante do 1.º ano . . . . . 04 P. Q. praticante do 2.º ano . . . . . 05 Dactilógrafo do 1.º ano . . . . . 06 Caixeiro-ajudante do 1.º ano . . . . . 07 Operador especializado praticante de um a seis meses . . . . .	426,70
12	01 Contínuo (-21 anos) . . . . . 02 Porteiro (-21 anos) . . . . . 03 P. Q. praticante do 1.º ano . . . . .	381,50

Prémio de antiguidade — € 25,43.  
Subsídio de refeição — € 4,17.

Lisboa, 27 de Março de 2003.

Pela Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico e Electrónico:  
(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:  
(Assinaturas ilegíveis.)

Pela FENSIQ — Confederação Nacional de Sindicatos de Quadros:  
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Engenheiros da Região Sul:  
(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços:  
A. Mattos Cordeiro.

Pelo Sindicato Nacional da Indústria e Energia:  
(Assinaturas ilegíveis.)

#### Declaração

A FENSIQ — Confederação Nacional de Sindicatos de Quadros declara que outorga a assinatura da revisão do texto final do CCT/ANIMEE — 2003 em representação dos seguintes sindicatos:

SEMM — Sindicato dos Engenheiros da Marinha Mercante;  
SE — Sindicato dos Economistas;  
SICONT — Sindicato dos Contabilistas;

SNET/SETS — Sindicato Nacional dos Engenheiros Técnicos;  
SNAQ — Sindicato Nacional de Quadros Técnicos.

Lisboa, 4 de Novembro de 2003. — Pelo Secretariado Nacional da FENSIQ: *(Assinatura ilegível.)*

#### Declaração

A FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços por si e em representação dos sindicatos seus filiados:

SITESE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Hotelaria e Serviços;  
STEIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Informática e Serviços da Região Sul;  
SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;  
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Angra do Heroísmo;  
SINDESCOM — Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Indústria, Turismo, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;  
Sindicato do Comércio, Escritório e Serviços — SINDCES/UGT;  
STV — Sindicato dos Técnicos de Vendas do Sul e Ilhas.

Lisboa, 21 de Outubro de 2003. — Pelo Secretariado: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Entrado em 16 de Outubro de 2003.

Depositado em 4 de Novembro de 2003, a fl. 48 do livro n.º 10, com o n.º 334/2003, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

**CCT entre a AIHSA — Assoc. dos Industriais Hotelheiros e Similares do Algarve e a FESAHT — Feder. dos Sind. da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e outros — Alteração salarial e outras.**

#### Artigo 1.º

##### Revisão

No CCT Hotelaria e Similares do Algarve, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 32, de 29 de Agosto de 1992, 35, de 22 de Setembro de 1993, 37, de 8 de Outubro de 1994, 4, de 29 de Janeiro de 1996, 20, de 29 de Maio de 1997, 19, de 22 de Maio de 1998, 17, de 8 de Maio de 1999, 25, de 8 de Julho de 2000, 26, de 15 de Julho de 2001, e 31, de 22 de Agosto de 2002, são introduzidas as seguintes alterações:

#### Cláusula 4.ª

##### Vigência e revisão

*(Mantém a redacção em vigor, actualizada a data de 1 de Janeiro de 2002 para 1 de Janeiro de 2003, vigorando as tabelas constantes deste documento.)*

#### Cláusula 91.ª

##### Abono para falhas

*(Mantém a redacção em vigor, actualizando o valor para € 29,50.)*

#### Cláusula 98.ª

##### Garantia de aumento mínimo

1 — É garantido a todos os trabalhadores um aumento mínimo a partir de 1 de Julho de 2003, sobre a respectiva remuneração pecuniária de base em 31 de Dezembro de 2002, se da aplicação das tabelas salariais anexas lhes resultou um aumento inferior ao constante do número seguinte ou não resultou qualquer aumento.

2 — O valor do aumento mínimo garantido referido no número anterior é de:

- € 9 para os trabalhadores das empresas dos grupos A e B, excluindo os níveis VII e V, aos quais se aplica o valor da alínea b);
- € 7,50 para os trabalhadores dos restantes níveis das empresas dos grupos A e B;
- € 6,50 para os trabalhadores dos grupos C e D;
- € 6 para aprendizes e estagiários de todos os grupos;
- € 6,50 para os trabalhadores da restauração e bebidas do grupo B.

3 — Os trabalhadores que se encontram na situação referida no n.º 1 e que entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2003 auferiram um acréscimo na respectiva remuneração pecuniária de base mensal, por iniciativa da entidade patronal, terão direito a um aumento mínimo equivalente à diferença entre o valor aplicável.

#### Cláusula 99.ª

##### Prémio de conhecimento de línguas

*(Mantém a redacção em vigor, actualizando o valor do n.º 1 para € 20,50.)*

#### Cláusula 100.ª

##### Subsídio de alimentação

*(Mantém a redacção em vigor, alterando o valor do n.º 1 para € 38,50.)*

#### Cláusula 102.ª

##### Retribuição mínima dos serviços extra

*(Mantém a redacção em vigor, excepto o n.º 1, cujos valores são alterados para:)*

	Valor em euros
Chefe de mesa	35
Chefe de <i>barman</i>	35
Chefe de cozinha	35
Chefe de pasteleiro	35
Pasteleiro de 1.ª	32
Cozinheiro de 1.ª	32
Empregado de mesa	31
Quaisquer outros profissionais	30

Cláusula 131.<sup>a</sup>

Valor pecuniário de alimentação

(Mantém a redacção em vigor, alterando o n.º 2, para os seguintes valores:)

Refeições	Valor convencional (euros)
A — Completa .....	24
B — Refeições avulsas:	
Pequeno-almoço .....	1,45
Ceia simples .....	2,30
Almoço, jantar e ceia completa .....	4,45

ANEXO II

Tabelas de remunerações pecuniárias de base mínima, notas às tabelas salariais e níveis de remuneração

a) Tabela de remunerações mínimas pecuniárias de base e níveis de remunerações para os trabalhadores de unidades e estabelecimentos hoteleiros e campos de golfe (inclui e abrange pensões e similares):

(de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 2003)

Grupos/níveis	A	B	C	D
XV .....	1 076	1 060	942	938
XIV .....	1 008	997	881	880
XIII .....	831	821	740	738
XII .....	757	751	683	681
XI .....	725	715	647	645
X .....	688	677	618	614
IX .....	620	610	550	549
VIII .....	549	544	492	484
VII .....	516	509	459	453
VI .....	469	463	421	414
V .....	401	397	375	368
IV .....	397	389	352	351
III .....	392	380	336	335
II .....	346	339	281	281
I .....	273	269	268	267

(de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2003)

Grupos/níveis	A	B	C	D
XV .....	1 103	1 087	966	962
XIV .....	1 034	1 022	904	902
XIII .....	852	842	759	757
XII .....	776	770	701	699
XI .....	744	733	664	662
X .....	706	694	634	630
IX .....	636	626	564	563
VIII .....	563	558	505	497
VII .....	529	522	471	465
VI .....	482	476	433	426
V .....	412	407	385	378
IV .....	407	399	361	360
III .....	402	390	345	344
II .....	355	348	289	289
I .....	280	276	275	274

b) Tabela mínima pecuniária de base e níveis de remuneração para trabalhadores da restauração e estabelecimentos de bebidas:

(de 1 de Janeiro a 1 de Junho de 2003)

Grupos/níveis	A	B
XIV .....	921	704
XIII .....	758	574
XII .....	688	525
XI .....	657	502
X .....	626	481
IX .....	573	439
VIII .....	510	395
VII .....	473	363
VI .....	433	352
V .....	384	342
IV .....	377	340
III .....	369	305
II .....	324	272
I .....	267	268

(de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2003)

Grupos/níveis	A	B
XIV .....	945	724
XIII .....	777	590
XII .....	706	540
XI .....	674	516
X .....	642	494
IX .....	588	451
VIII .....	523	406
VII .....	485	373
VI .....	444	362
V .....	394	352
IV .....	387	350
III .....	379	314
II .....	333	280
I .....	280	276

Regulamentação em vigor

(Mantêm-se em vigor todas as demais disposições e matérias que não sejam expressamente substituídas ou derrogadas pelo presente IRCT.)

Lisboa, 16 de Setembro de 2003.

Pela FESHAT — Federação dos Sindicatos de Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pela AIHSA — Associação dos Industriais da Hotelaria e Similares do Algarve:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas:

(Assinatura ilegível.)

Pela FESTRU — Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviário e Urbanos:

(Assinatura ilegível.)

Pela FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela FEQUIMETAL — Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante:

(Assinatura ilegível.)



Pelo Sindicato dos Quadros Técnicos de Desenho:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção:

(Assinatura ilegível.)

#### **Declaração**

Para os devidos efeitos se declara que a FESAHT — Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo;  
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve;  
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;  
Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da Região da Madeira;  
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte;  
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Norte;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares da Beira Interior;  
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos;  
Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas;  
Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Técnicos da Agricultura, Floresta e Pecuária.

Lisboa, 23 de Setembro de 2003. — Pela Direcção Nacional/FESAHT, (Assinatura ilegível.)

#### **Declaração**

Para os devidos e legais efeitos declara-se que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal representa os seguintes sindicatos:

Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas;  
Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte.

Lisboa, 22 de Setembro de 2003. — Pelo Secretariado da Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

#### **Declaração**

A FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;  
Sindicato de Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;  
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;

Sindicato de Transportes Rodoviários de Faro;  
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;  
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;  
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;  
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL;  
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Viana do Castelo;  
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;  
Sindicato dos Profissionais de Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo.

Pela Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

#### **Declaração**

Para todos os efeitos se declara que a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

CESP — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal;  
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Minho;  
CESNORTE — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte;  
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;  
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas;  
Sindicato dos Empregados de Escritório, Comércio e Serviços da Horta;  
SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

#### **Declaração**

Para os devidos efeitos declaramos que a FEQUIME-TAL — Federação Intersindical da Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás representa as seguintes organizações sindicais:

SINORQUIFA — Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte;  
SINQUIFA — Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Aveiro, Viseu e Guarda;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Braga;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Coimbra e Leiria;  
Sindicato dos Metalúrgicos e Ofícios Correlativos da Região Autónoma da Madeira;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Santarém e Castelo Branco;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Norte;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul;  
Sindicato dos Trabalhadores da Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Viana do Castelo;  
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira.

Lisboa, 19 de Setembro de 2003. — Pela Direcção,  
(Assinatura ilegível.)

#### **Declaração**

Para os devidos efeitos se declara que a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro;  
Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul;  
Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção do Norte;  
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Viana do Castelo;  
Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras de Angra do Heroísmo;  
Sindicato da Construção Civil da Horta;  
Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;  
SICOMA — Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Olarias e Afins da Região Autónoma da Madeira.

Lisboa, 19 de Setembro de 2003. — Pelo Conselho Nacional, (Assinatura ilegível.)

Entrado em 9 de Outubro de 2003.

Depositado em 31 de Outubro de 2003, a fl. 47 do livro n.º 10, com o n.º 329/2003, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

**CCT entre a AHETA — Assoc. dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Serviços — Alteração salarial e outras.**

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Revisão e denúncia**

1 — Esta convenção entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2003.

2 — .....

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Subsídio de línguas**

1 — Os profissionais de hotelaria que no exercício das suas funções utilizem conhecimentos de idiomas estrangeiros em contacto directo ou telefónico com o público, independentemente da sua categoria, têm direito a um subsídio pecuniário mensal de € 20 por cada uma das línguas francesa, inglesa ou alemã, salvo se qualquer destes idiomas for o da sua nacionalidade.

2 — .....

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Abono para falhas**

Aos controladores-caixa, caixas, tesoureiro e cobradores que movimentem regularmente dinheiro e aos trabalhadores que os substituam nos seus impedimentos prolongados será atribuído um abono mensal para falhas correspondente a € 31.

#### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

##### **Aumento mínimo garantido**

1 — .....

2 — O valor de aumento mínimo garantido referido no número anterior é de:

- € 11 para os trabalhadores das empresas abrangidas pelas tabelas A e B;
- € 9 para os trabalhadores das empresas abrangidas pelas tabelas C;
- € 7 para os aprendizes e estagiários.

#### **Cláusula 30.<sup>a</sup>**

##### **Subsídio de alimentação**

Os trabalhadores abrangidos por este contrato, a quem não seja fornecida a alimentação em espécie, têm direito a um subsídio mensal de alimentação de € 39,30.

#### **Cláusula 32.<sup>a</sup>**

##### **Fornecimento de alimentação**

1 — Todos os trabalhadores têm direito à alimentação, que será prestada, segundo a opção da entidade patronal desde que haja acordo do trabalhador em espécie ou através de um subsídio pecuniário mensal de € 96,50, no caso de estabelecimento que forneça refeições cozinhadas.

2 — .....

3 — Quando a alimentação for prestada em espécie (géneros), o seu valor pecuniário, para todos os efeitos deste contrato, será de € 25,35. Quando os estabelecimentos não tenham serviço de restaurante, o subsídio de refeição mensal será de € 39,30.

#### **Cláusula 35.<sup>a</sup>**

##### **Valor pecuniário da alimentação**

O valor convencional atribuído à alimentação fornecida em espécie é, para todos os efeitos, de € 25,35 por mês, para a refeição completa, de € 1,50, para o pequeno-almoço, de € 2,40, para a ceia simples, e de € 4,55, para o almoço, jantar ou ceia completa.

## ANEXO XVIII

**Tabela de remunerações mínimas**

Níveis	A	B	C
I .....	1 113	1 098	976
I .....	1 045	1 032	912
III .....	860	849	768
IV .....	778	772	702
V .....	742	732	664
VI .....	705,40	692,60	632,60
VII .....	634,60	623,40	563,30
VIII .....	563	555	503
IX .....	529	522	471
X .....	482	475	432
XI .....	415	409	387
XII .....	360	353	293
XIII .....	285	284	280

*Nota.* — Foi eliminada a tabela D até agora existente, pelo que todas as empresas e, consequentemente, os seus trabalhadores passam, a partir de 1 de Janeiro de 2003, a estar abrangidos pela tabela C.

Lisboa, 16 de Outubro de 2003.

Pela AHETA — Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve:  
(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITese — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Hotelaria e Serviços;

SITEMAQ — Sindicato da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante, Energia e Fogueiros de Terra;

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 23 de Outubro de 2003.

Depositado em 3 de Novembro de 2003, a fl. 48 do livro n.º 10, com o n.º 332/2003, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

### **Acordo de adesão entre o BNP — Paribas Private Bank, S. A., e o Sind. dos Bancários do Norte e outros aos ACT para o sector bancário.**

Ao 14 dias do mês de Outubro de 2003, na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, realizou-se uma reunião com a presença de representantes do BNP — Paribas Private Bank, S. A., e dos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas.

Pelo BNP — Paribas Private Bank, S. A., foi declarado que adere ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1990, com as alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 30, de 15 de Agosto de 1991, 31, de 22 de Agosto de 1992, 32, de 29 de Agosto de 1993, 42, de 15 de Novembro de 1994, 2, de 15 de Janeiro de 1996, 15, de 22 de Abril de 1997, 21, de 8 de Junho de 1998, 24, de 29 de Junho de 1998, 24, de 29 de Junho de 1999, 25, de 8 de Julho de 2000, 24, de 29 de Junho de 2001, 26, de 15 de Julho de 2002, e 26, de 15 de Julho de 2003, na sua totalidade.

Pelo BNP — Paribas Private Bank, S. A.:  
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Centro:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Norte:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 23 de Outubro de 2003.

Depositado em 3 de Novembro de 2003, a fl. 47 do livro n.º 10, com o n.º 331/2003, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

### **Acordo de adesão entre o BNP — Paribas Private Bank, S. A., e o Sind. Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários e outro aos ACT entre várias instituições de crédito e o mesmo sindicato e outro.**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o BNP — Paribas Private Bank, S. A., o Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários e o Sindicato Independente da Banca acordam entre si na adesão ao acordo colectivo de trabalho vertical do sector bancário, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1990, com as alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 30, de 15 de Agosto de 1991, 31, de 22 de Agosto de 1992, 32, de 29 de Agosto de 1993, 42, de 15 de Novembro de 1994, 2, de 15 de Janeiro de 1996, 15, de 22 de Abril de 1997, 28, de 21 de Junho de 1998, 24, de 29 de Junho de 1998, 24, de 29 de Junho de 1999, 16, de 29 de Abril de 2001, 28, de 29 de Julho de 2002, e 29, de 8 de Agosto de 2003, na totalidade.

Lisboa, 14 de Outubro de 2003.

Pelo BNP — Paribas Private Bank, S. A.:

Pedro Rego e Gilbert Rocher.

Pelo Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato Independente da Banca:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 29 de Outubro de 2003.

Depositado em 3 de Novembro de 2003, a fl. 48 do livro n.º 10, com o n.º 333/2003, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

### **AE entre a Navegação Aérea de Portugal — NAV Portugal, E. P. E., e o SITAVA — Sind. dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos e outros (carreiras profissionais) — Integração em níveis de qualificação.**

Nos termos do despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social

de 5 de Março de 1990, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 11, de 22 de Março de 1990, procede-se à integração em níveis de qualificação das profissões que a seguir se indicam abrangidas pela convenção colectiva de trabalho mencionada em título, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 29, de 8 de Agosto de 2003:

1 — Quadros superiores:

Técnicos superiores especialistas I;  
Técnicos superiores especialistas II;  
Técnicos superiores assistentes.

2 — Quadros médios:

2.1 — Técnicos administrativos:

Técnicos especializados I.

4 — Profissionais altamente qualificados:

4.1 — Administrativos, comércio e outros:

Técnicos administrativos I;  
Técnicos especializados II.

5 — Profissionais qualificados:

5.1 — Administrativos:

Técnicos administrativos II;  
Técnicos qualificados I;  
Técnicos qualificados II.

7 — Profissionais não qualificados (indiferenciados):

7.1 — Administrativos, comércio e outros:

Auxiliares.

**AE entre a Caixa Geral de Depósitos, S. A., e o Sind. dos Bancários do Centro e outros — Integração em níveis de qualificação.**

Nos termos do despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social de 5 de Março de 1990, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 11, de 22 de Março de 1990, procede-se à integração em níveis de qualificação das profissões que a seguir se indicam abrangidas pela convenção colectiva de trabalho mencionada em título, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 30, de 15 de Agosto de 2003:

1 — Quadros superiores:

Analista de sistemas;  
Enfermeiro fisioterapeuta;  
Director, director-adjunto e subdirector;  
Director regional;  
Médico.

2 — Quadros médios:

2.1 — Técnicos administrativos:

Coordenador de gabinete de empresas;  
Gerente;  
Técnico de grau I;  
Técnico de grau II;  
Solicitador.

4 — Profissionais altamente qualificados:

4.1 — Administrativos, comércio e outros:

Subgerente;  
Subchefe administrativo;  
Chefe de serviço, subchefe de serviço, chefe de secção, subchefe de secção e chefe de sector;  
Técnico de grau III;  
Técnico de grau IV;  
Programador de informática;  
Secretário.

5 — Profissionais qualificados:

5.1 — Administrativos:

Assistente de direcção;  
Administrativo;  
Operador de informática;  
Profissional qualificado.

5.4 — Outros:

Motorista.

6 — Profissionais semiqualeificados (especializados):

6.1 — Administrativos, comércio e outros:

Auxiliar de acção médica;  
Telefonista.

7 — Profissionais não qualificados (indiferenciados):

7.1 — Administrativos, comércio e outros:

Contínuo;  
Trabalhador de limpeza.

7.2 — Produção:

Servente.

Profissionais integrados em dois níveis (profissionais integráveis num ou noutro nível consoante a dimensão do departamento ou serviço chefiado e o tipo de organização da empresa):

4 — Profissionais altamente qualificados:

4.1 — Administrativos, comércio e outros.

5 — Profissionais qualificados:

5.1 — Administrativos:

Primeiro-ajudante de notário e segundo-ajudante de notário;  
Gestor de clientes.

**AE entre o Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar — CFPSA e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Serviços — Integração em níveis de qualificação.**

Nos termos do despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social de 5 de Março de 1990, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 11, de 22 de Março de 1990, procede-se à integração em níveis de qualificação das profissões que a seguir se indicam abrangidas pela convenção colectiva de trabalho mencionada em título,

publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 30, de 15 de Agosto de 2003:

1 — Quadros superiores:

Assessor(a);  
Técnico(a) superior principal;  
Técnico(a) superior de 1.<sup>a</sup>;  
Técnico(a) superior de 2.<sup>a</sup>

2 — Quadros médios:

2.1 — Técnicos administrativos:

Técnico(a) principal;  
Técnico(a) de 1.<sup>a</sup>;  
Técnico(a) de 2.<sup>a</sup>

4 — Profissionais altamente qualificados:

4.1 — Administrativos, comércio e outros:

Formador(a) principal;  
Formador(a) de 1.<sup>a</sup>;  
Formador(a) de 2.<sup>a</sup>;  
Administrativo(a) principal;  
Administrativo(a) de 1.<sup>a</sup>

5 — Profissionais qualificados:

5.1 — Administrativos:

Administrativo(a) de 2.<sup>a</sup>;  
Telefonista/recepcionista.

5.3 — Produção:

Técnico(a) de manutenção;  
Trabalhador(a) qualificado(a).

7 — Profissionais não qualificados (indiferenciados):

7.2 — Produção:

Trabalhador(a) indiferenciado(a).

A — Praticantes e aprendizes:

Técnico(a) superior estagiário(a);

Técnico(a) estagiário(a);

Formador(a) estagiário(a);

Estagiário(a).

**CCT entre a APIMINERAL — Assoc. Portuguesa da Ind. Mineral e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outros — Rectificação.**

Por ter sido publicada com inexactidão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 40, de 29 de Outubro de 2003, a convenção mencionada em título, a seguir se procede à necessária rectificação.

Assim, na p. 2948, onde se lê «Pelo Sindicato dos Engenheiros da Região Sul, (*Assinatura ilegível*)» deve ler-se «Pelo Sindicato dos Engenheiros da Região Sul, (*Assinatura ilegível*)», seguida de declaração, na qual deve passar a ler-se «A FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química representa a seguinte associação sindical: SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia, Química e Indústrias Diversas.».

# ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO

## ASSOCIAÇÕES SINDICAIS

### I — ESTATUTOS

...

## II — CORPOS GERENTES

...

## ASSOCIAÇÕES PATRONAIS

### I — ESTATUTOS

#### **Alteração dos estatutos da APFAO — Assoc. Portuguesa dos Fornecedores de Artigos de Óptica**

Alteração de estatutos aprovada em assembleia geral de 15 de Janeiro de 2003 aos estatutos publicados no *Diário do Governo*, n.º 41, de 18 de Fevereiro de 1976.

30 de Outubro de 2003. — (*Assinatura ilegível.*)

**Artigo alterado — *Diário da República*, 3.ª série, n.º 41, de 23 de Janeiro de 1976, «Actos societários»**

#### Artigo 68.º

A direcção é composta por três membros eleitos pela assembleia geral, que escolherão de entre si o presidente, o secretário e o tesoureiro.

Mesa da assembleia geral:

Presidente — Luís Justino, da PROÓPTICA.

1.º secretário — Gutenberg da Silva Gonçalves, da OPTIQUEIPE.

2.º secretário — José Diniz, da SAFILO.

Registados em 30 de Outubro de 2003, ao abrigo do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 215-C/75, de 30 de Abril, sob o n.º 112/2003, a fl. 29 do livro n.º 2.

## II — CORPOS GERENTES

#### **Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada Eleição para o triénio de 2003-2005**

##### **Mesa da assembleia geral**

AÇORTRAVEL — Agência de Viagens e Turismo, L.da, representada por Gualter Cordeiro Dâmaso.

Rego Costa & Tavares, L.da, representada por Antero Gil de Viveiros Rego.

Supermercados Manteiga, L.da, representada por Adgardo Botelho de Sousa.

ELECTRAÇOR, L.da, representada por Valentim Medeiros do C. Pacheco.

**Direcção****Efectivos**

Empresa Madeirense de Tabacos, S. A., representada pelo Dr. Carlos Alberto da Costa Martins.  
STAL — Sociedade Técnica Açoreana, L.<sup>da</sup>, representada pelo engenheiro Humberto Sampaio.  
Cymbron, L.<sup>da</sup>, representada por Sónia Borges de Sousa.  
Gomes & Santos, L.<sup>da</sup>, representada por Henrique João Marques dos Santos.  
BENTRANS — Cargas & Transitários, L.<sup>da</sup>, representada por António da Silva Raposo.  
Sociedade Açoreana de Sabões, S. A., representada pelo Dr. Manuel Humberto Araújo Lopes.  
Gráfica Açoreana, L.<sup>da</sup>, representada pelo Dr. Paulo Hugo Falcão P. Viveiros.

**Suplentes**

Raiz Quadrada, L.<sup>da</sup>, representada pelo Dr. Manuel Ricardo Alves Almeida.  
Micaelense Agência de Viagens, L.<sup>da</sup>, representada por Armindo Fortuna da Silva.  
ANAZOR — Comércio Alimentar Açoriano, L.<sup>da</sup>, representada por Luciano José Ferreira Miranda.  
Carlos Costa Cabral, L.<sup>da</sup>, representada por Carlos Costa Cabral.  
Papéis Carreira Açores, L.<sup>da</sup>, representada por Henrique Manuel Teixeira Luís.  
O Corisco, Restaurante, L.<sup>da</sup>, representada por Luís Alberto de Almeida Duarte.

ALABOTE — Restauração e Serviços, L.<sup>da</sup>, representada por Rui Manuel M. Oliveira Cordeiro.

**Conselho fiscal****Efectivos**

Caetano & Mont'Alverne, S. A., representada por Mário Baptista Mendes Caetano.  
Edmundo Pavão & Filhos, L.<sup>da</sup>, representada por Humberto Pavão.  
ANDRAUTO — Comercialização de Automóveis, L.<sup>da</sup>, representada por Fernando Jorge Ventura Moniz.  
João Vieira & Filhos, L.<sup>da</sup>, representada pelo Dr. Eduardo da Silva Vieira.  
Jacinto Ferreira Correia & Filhos, L.<sup>da</sup>, representada por Nélson de Jesus Tavares Correia.

**Suplentes**

J. Rego & C.<sup>a</sup>, L.<sup>da</sup>, representada por António A. Soares do Rego.  
ATLANTININE — Comércio Geral de Representações, L.<sup>da</sup>, representada por Emanuel V. Leite Miranda.  
EGA — Empresa Gráfica Açoreana, L.<sup>da</sup>, representada por Valentino Pacheco Henrique.  
Gaivota — Empreendimentos Turísticos, L.<sup>da</sup>, representada pelo Dr. Veríssimo de F. da Silva Borges.  
C. M. J. Rieff & Filhos, L.<sup>da</sup>, representada por Johannes Willeen Rieff.

